

Extensão Universitária na EaD e Desenvolvimento Local em Cursos de Gestão

University Extension in Distance Education and Local Development in Management Programs

Extensión Universitaria en la Educación a Distancia y el Desarrollo Local en Programas de Gestión

Elizeu Barroso Alves

Doutor em Administração, Grupo de Pesquisa Práticas de Gestão em Contexto Organizacional (PEGO-UNINTER), Centro Universitário Internacional Uninter

<https://orcid.org/0000-0001-8954-3383> ; E-mail: elizeu.abalves@hotmail.com

Resumo

O estudo analisa como atividades extensionistas desenvolvidas por estudantes de cursos de gestão, na modalidade EaD, contribuem para o desenvolvimento local e para a formação profissional. A pesquisa, de abordagem quantitativa, contou com a participação de 203 estudantes distribuídos pelas cinco regiões brasileiras. Os resultados indicam predominância de avaliações positivas quanto ao impacto das ações nas comunidades, especialmente nas áreas de Emprego e Renda, Cultura e Infraestrutura, reforçando o papel da extensão na dinamização econômica e no fortalecimento de pequenos negócios. Os estudantes também relataram aprimoramento de competências técnicas e socioemocionais, evidenciando que a extensão integra teoria e prática, promove responsabilidade social e reforça a preparação profissional para atuação territorializada.

Palavras-chave: extensão universitária; desenvolvimento local; educação a distância; formação profissional; empreendedorismo

Abstract

This study analyzes how extension activities developed by students in management courses, in the distance learning modality, contribute to local development and professional training. The quantitative research involved 203 student participants distributed across the five Brazilian regions. The results indicate a predominance of positive evaluations regarding the impact of the actions on the communities, especially in the areas of Employment and Income, Culture, and Infrastructure, reinforcing the role of extension in economic dynamism and the strengthening of small businesses. Students also reported improved technical and socio-emotional skills, demonstrating that extension integrates theory and practice, promotes social responsibility, and reinforces professional preparation for territorialized action.

Keywords: university extension; local development; distance education; vocational training; entrepreneurship.

Resumen

Este estudio analiza cómo las actividades de extensión desarrolladas por estudiantes de administración, en la modalidad de educación a distancia, contribuyen al desarrollo local y la formación profesional. La investigación cuantitativa contó con la participación de 203 estudiantes distribuidos en las cinco regiones brasileñas. Los resultados indican un predominio de evaluaciones positivas respecto al impacto de las acciones en las comunidades, especialmente en las áreas de Empleo e Ingresos, Cultura e Infraestructura, lo que refuerza el papel de la extensión en el dinamismo económico y el fortalecimiento de las pequeñas empresas. Los estudiantes también reportaron una mejora en sus habilidades técnicas y socioemocionales, lo que demuestra que la extensión integra la teoría y la práctica, promueve la responsabilidad social y refuerza la preparación profesional para la acción territorial.

Palabras-clave: extensión universitaria; desarrollo local; educación a distancia; formación profesional; emprendimiento.

1. INTRODUÇÃO

A expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil revela um movimento contínuo de transformação no ensino superior, no qual o Censo da Educação Superior de 2023 registra um crescimento de 15% nas matrículas de graduação a distância em comparação ao ano anterior, superando significativamente a evolução dos cursos presenciais (Brasil, 2023). Mais do que um dado estatístico, esse avanço demonstra a consolidação de uma modalidade que amplia o acesso, rompe barreiras geográficas e reposiciona as instituições diante de novas demandas formativas.

Nesse cenário, as atividades extensionistas assumem papel ainda mais relevante, visto que tradicionalmente vinculada à prática social e ao diálogo com a comunidade, a extensão universitária ganhou novo status a partir da Resolução CNE/CP nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Resolução nº 7/2018), que a tornou componente curricular obrigatório nos cursos de graduação (Brasil, 2018).

A normativa reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelece carga horária mínima de 10% e enfatiza abordagens interdisciplinares, dialógicas e socialmente referenciadas, bem como as atividades sendo realizadas alinhadas com o perfil do egresso. Trata-se de um marco regulatório que desloca a extensão da posição de “atividade complementar” para eixo estruturante da formação universitária.

Ao incorporar essas diretrizes, a formação em cursos de gestão — foco deste estudo — passa a integrar dimensões técnicas, éticas e sociais, pois a extensão deixa de ser uma atividade periférica e se converte em espaço onde o estudante articula conhecimento, intervenção e reflexão crítica. Mais do que desenvolver competências profissionais, essa prática amplia o senso de responsabilidade social e aproxima os futuros gestores dos contextos reais em que atuarão, especialmente em regiões que enfrentam desigualdades estruturais.

A consolidação da EaD potencializa essas possibilidades, e como destacam Corradi *et al.* (2019) e o próprio Ministério da Educação (Brasil, 2023), a mediação tecnológica cria condições para que ações extensionistas alcancem públicos antes invisibilizados e favorece metodologias colaborativas baseadas em ambientes digitais.

Com isso, webinars, fóruns interativos, plataformas virtuais e projetos remotos passam a ampliar o alcance das iniciativas e a renovar os modos de interação entre

universidade e sociedade. A extensão ganha capilaridade, e a EaD deixa de ser apenas uma modalidade de ensino para assumir papel estratégico na circulação de saberes.

É nesse ponto que se encontra o potencial transformador da extensão em curricularização em EaD: integrar diferentes territórios, demandas e práticas sociais a partir de projetos que dialogam com realidades diversas. Em vez de apenas aplicar conhecimentos acadêmicos, os estudantes passam a construir soluções junto às comunidades, mobilizando tanto saberes científicos quanto experiências locais.

Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) tornam-se agentes de desenvolvimento territorial, e os egressos, especialmente de cursos de gestão, saem mais preparados para atuar de forma crítica, criativa e ética.

Este estudo, portanto, busca compreender como as atividades extensionistas desenvolvidas no contexto da EaD contribuem para o desenvolvimento local e para a formação profissional de estudantes de cursos de gestão. Para responder a essa questão, realizou-se uma pesquisa quantitativa e descritiva com 203 estudantes de uma instituição com forte presença nacional na modalidade a distância. O estudo analisou percepções sobre impacto social, aderência das ações às necessidades regionais e contribuições para a formação acadêmica e profissional.

Além de oferecer uma análise empírica, o trabalho amplia o debate teórico ao situar a extensão como política pública, discutir sua interface com o desenvolvimento local, explorar as potencialidades da EaD para projetos sociais e refletir sobre os desafios de operacionalizar ações em contextos marcados pela heterogeneidade regional.

Com esse conjunto de elementos, busca-se construir uma visão integrada da extensão no ensino superior a distância, evidenciando seu papel formativo e seu potencial de transformação social. A seguir, desenvolve-se a revisão teórica que fundamenta essa discussão, e apresentam-se os resultados do estudo.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO PROCESSO ENDÓGENO

O desenvolvimento local é um conceito multifacetado, que transcende o mero crescimento econômico para abarcar dimensões sociais, políticas, culturais e institucionais, pois ele envolve o fortalecimento das capacidades humanas, das instituições e dos territórios, articulando elementos como educação, saúde, participação social, autonomia e

oportunidades.

Com isso, Sen (2000) contribui significativamente para essa compreensão ao defender que o desenvolvimento consiste na expansão das liberdades substantivas, ou seja, na ampliação das capacidades das pessoas para viverem a vida que valorizam. Nesse contexto, as IES e suas práticas extensionistas assumem papel estratégico, pois atuam como mediadoras entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais, promovendo simultaneamente o crescimento humano e territorial.

O desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo endógeno, conforme apontam Boisier (2016), Vázquez-Barquero (2002) e Buarque (1999), já que para esses autores, o fortalecimento de um território depende da capacidade de seus atores em reconhecer, mobilizar e articular seus próprios recursos, talentos e potencialidades.

Desta forma, empresas, governos, organizações sociais e universidades convergem nesse processo, criando sinergias que resultam em inovação, empreendedorismo, valorização da cultura local e construção de soluções contextualizadas.

A extensão universitária, nesse sentido, emerge como mecanismo transformador, ao integrar saberes acadêmicos e populares em ações práticas que impactam diretamente a comunidade.

A dimensão territorial do desenvolvimento local também deve ser compreendida sob a perspectiva das relações sociais e da cidadania, onde Santos (1994) concebe o território como espaço de produção social, de relações culturais e de exercício da cidadania, indicando que a intervenção acadêmica por meio de atividades extensionistas não se limita à transferência de conhecimentos técnicos, mas envolve o empoderamento comunitário, a promoção da participação social e a qualificação cidadã.

Com isso, essa perspectiva é reforçada pela teoria do capital social, defendida por Putnam (2002), que destaca a importância da cooperação, da construção de redes de confiança e da participação coletiva como fatores fundamentais para a sustentabilidade e resiliência das comunidades.

Ao considerar os desafios contemporâneos, torna-se indispensável incorporar a dimensão da sustentabilidade, como por exemplo a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e suas agendas anteriores como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (2000–2015), e Sachs (2009) aponta que o desenvolvimento deve

articular aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Nesse contexto, a extensão universitária, ao aproximar universidade e sociedade, constitui-se como ferramenta privilegiada para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a redução das desigualdades, o fomento a práticas econômicas sustentáveis e a integração entre ciência, cidadania e meio ambiente.

Destarte, as atividades extensionistas em áreas como emprego e renda, cultura, educação, saúde e meio ambiente tornam-se estratégias de desenvolvimento humano e territorial, fortalecendo a capacidade local de planejar, executar e avaliar políticas públicas.

A formação profissional, especialmente em cursos de gestão, constitui outro vetor relevante para o desenvolvimento local, em que a construção de competências técnicas, a criação de empreendimentos, a profissionalização da gestão pública e privada, a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho e o fortalecimento da economia criativa e solidária são efeitos diretos da articulação entre aprendizagem acadêmica e prática extensionista.

Nesse sentido, a curricularização da extensão permite que o estudante vivencie experiências concretas, aplicando teorias e métodos em contextos reais, tornando-se protagonista de processos de transformação social e econômica nos territórios onde atua. Portanto, integrar extensão universitária, EaD e desenvolvimento local representa não apenas um desafio acadêmico, mas uma estratégia essencial para consolidar um modelo de educação superior socialmente responsável e territorialmente relevante.

Ao conectar o ensino com as demandas comunitárias, a extensão contribui para a construção de capacidades, para a promoção da cidadania e para a sustentabilidade dos territórios, ao mesmo tempo em que fortalece a formação profissional e cidadã dos estudantes.

Assim, tem-se que esse enfoque multidimensional evidencia a função estratégica da universidade contemporânea: formar profissionais capazes de atuar criticamente no mercado, inovar em suas práticas e transformar positivamente as comunidades em que estão inseridos.

3. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: MARCO LEGAL, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A extensão universitária no Brasil, especialmente em sua configuração curricularizada, encontra marco regulatório na Resolução nº 7/2018, que estabelece diretrizes para a execução das atividades extensionistas nas instituições de ensino superior (Brasil, 2018).

A normativa busca sistematizar a extensão como componente curricular, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e promovendo impactos sociais e econômicos nos territórios onde as universidades estão inseridas. Ao destacar a extensão como prática educativa que transcende os muros da universidade, a Resolução enfatiza a troca de saberes e a aplicação prática do conhecimento acadêmico, consolidando a responsabilidade social universitária como eixo formativo essencial.

Entre suas principais diretrizes, a Resolução nº 7/2018 valoriza a interdisciplinaridade e a relevância social das atividades extensionistas, orientando que estas sejam planejadas a partir das demandas e necessidades da comunidade, com especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade social.

As atividades devem ser desenvolvidas com participação ativa de docentes e discentes, promovendo simultaneamente a formação técnica, ética e cidadã dos estudantes. Ademais, a Resolução prevê mecanismos de avaliação e reconhecimento acadêmico dos projetos de extensão, incentivando iniciativas inovadoras que utilizem novas tecnologias e metodologias em consonância com objetivos de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

O caráter transformador da extensão universitária encontra respaldo teórico nas contribuições de Paulo Freire, que propõe uma prática baseada na comunicação dialógica e na emancipação dos sujeitos, onde a extensão não deve se configurar como ação verticalizada, mas como processo de troca e construção coletiva de saberes (Freire, 2020). Já Serrano (2018) complementa essa perspectiva, ao enfatizar a extensão como prática social que integra ensino, pesquisa e compromisso com a transformação da realidade.

Sob essa ótica, a extensão evolui de um **modelo assistencialista**, predominantemente hierárquico e desvinculado do processo formativo, para um modelo dialógico, crítico e emancipador, em que universidade e comunidade atuam como coautores da transformação social.

Historicamente, a extensão universitária no Brasil pode ser compreendida em

quatro fases:

- A primeira, assistencialista (1930–1960), caracterizou-se por ações voltadas a comunidades vulneráveis, com mínima articulação com a formação acadêmica.
- A segunda fase, tecnocrática ou desenvolvimentista (1960–1980), alinou-se a políticas nacionais de desenvolvimento, priorizando a difusão de tecnologias e conhecimentos técnicos, ainda que mantivesse assimetrias na relação universidade-sociedade.
- A terceira fase, crítica e emancipadora (1980–2000), impulsionada pela redemocratização e pelo pensamento freireano, consolidou a concepção de extensão como mediação cultural e instrumento de transformação social.
- Finalmente, a fase da institucionalização (2000–atual) consolidou a extensão como eixo curricular, reforçada pela criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e culminando na Resolução nº 7/2018, que formaliza a curricularização das atividades extensionistas.

Ainda, no que se refere à curricularização da extensão, conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2018, pode ocorrer por diferentes formas, desde que assegure no mínimo 10% da carga horária total dos cursos de graduação e esteja integrada ao ensino e à pesquisa, podendo ser implementada por meio de componentes curriculares específicos de extensão, criados exclusivamente para essa finalidade; pela destinação de parte da carga horária de disciplinas existentes ao desenvolvimento de atividades extensionistas; pela vinculação dos estudantes a projetos ou programas institucionais de extensão formalmente registrados; pela realização de projetos integradores ou atividades interdisciplinares com caráter extensionista; pela validação e aproveitamento acadêmico de atividades extensionistas, desde que normatizadas pela instituição e previstas no PPC; ou ainda por um modelo híbrido, que combine duas ou mais dessas estratégias, prática amplamente adotada pelas IES por garantir flexibilidade sem descaracterizar o princípio da interação transformadora entre universidade e sociedade

Essa trajetória evidencia o amadurecimento da extensão universitária, que passou

de ações complementares para política estruturante do ensino superior, reforçando seu papel na democratização do conhecimento, na promoção da cidadania, na inclusão produtiva, na redução de vulnerabilidades sociais e no estímulo à inovação social e econômica.

Sob a perspectiva freireana, a extensão assume caráter dialógico, no qual acadêmicos aprendem com comunidades, saberes locais são valorizados, soluções são coconstruídas e práticas respeitam territorialidades e identidades, em consonância com o conceito de epistemologias do sul, que reconhece saberes historicamente marginalizados (Freire, 2020).

Nos cursos de gestão, a extensão assume papel estratégico ao articular competências empreendedoras, habilidades de planejamento e liderança, fortalecimento de micro e pequenas empresas, geração de renda, estímulo à inovação e fortalecimento do capital social comunitário.

Dessa forma, estudantes tornam-se protagonistas da transformação social e econômica de seus territórios, aplicando competências acadêmicas em contextos reais e contribuindo diretamente para o desenvolvimento local e regional.

A integração entre legislação, prática extensionista e fundamentação teórica demonstra que a extensão universitária, especialmente no modelo curricularizado, não apenas forma profissionais tecnicamente capacitados, mas cidadãos socialmente responsáveis, capazes de atuar de forma crítica, ética e inovadora na construção de comunidades mais justas e sustentáveis.

4. IMPACTO SOCIAL E EDUCACIONAL DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS SOB O VIÉS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A EaD tem se consolidado nas últimas décadas como uma modalidade essencial para a democratização do acesso ao conhecimento, transformando profundamente os paradigmas de ensino e aprendizagem.

Esse avanço decorre do desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais e da crescente demanda por flexibilidade e personalização nos processos educacionais, no qual o que antes se restringia ao ensino por correspondência, como o promovido pelo Instituto Universal Brasileiro, evoluiu para plataformas digitais interativas, tornando-se alternativa

eficiente e amplamente aceita, eliminando barreiras impostas pelas distâncias físicas (Corradi et al., 2019; Silva, Grippa e Santos, 2022).

No Brasil, a expansão da EaD reflete mudanças significativas no comportamento educacional da população, visto que segundo o Censo da Educação Superior de 2023, as matrículas em cursos de graduação na modalidade a distância cresceram 15% em relação a 2022, superando o aumento registrado nos cursos presenciais (Brasil, 2023). Este crescimento evidencia a potencialidade da EaD em ampliar o alcance das práticas extensionistas, permitindo que estudantes de diferentes regiões participem de projetos voltados ao desenvolvimento comunitário e promovendo inclusão social, especialmente em regiões remotas ou vulneráveis (Bezerra e Colares, 2024).

Como exposto, a curricularização da extensão universitária, regulamentada pela Resolução nº 7/2018, representa um avanço estratégico nesse cenário (Brasil, 2018), pois a normativa sistematiza a extensão como componente curricular, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo impactos sociais e econômicos nos territórios e consolidando a responsabilidade social universitária como eixo formativo essencial.

Entre suas diretrizes, a Resolução valoriza a interdisciplinaridade, a relevância social e a participação ativa de docentes e discentes, orientando que as ações sejam planejadas a partir das demandas da comunidade, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade social. Além disso, incentiva projetos inovadores que utilizem tecnologias digitais, metodologias ativas e estratégias de sustentabilidade para promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas (Silva, Grippa e Santos, 2022).

A potencialidade da EaD como vetor de extensão reside na capacidade de conectar o conhecimento acadêmico às demandas sociais, utilizando plataformas digitais, webinars, aplicativos colaborativos e recursos síncronos e assíncronos para promover interação entre estudantes e comunidades (Pinheiro e Narciso, 2022). Essa abordagem permite não apenas a disseminação de projetos em larga escala, mas também a construção de redes colaborativas entre diferentes regiões, ampliando a capilaridade territorial e fortalecendo economias locais (Bezerra e Colares, 2024).

A EaD viabiliza o acesso à extensão de diversos públicos, incluindo trabalhadores, adultos em retomada de estudos, moradores de comunidades periféricas, residentes de

áreas rurais além de pessoas com restrições de tempo e mobilidade.

Nesse sentido, as IES, por meio de seus **Polos de Apoio Presencial** atuam como *hubs* de transformação social, proporcionando formação integral aos estudantes, que desenvolvem autonomia, pesquisa aplicada, resolução de problemas reais, competências socioemocionais, habilidades tecnológicas, espírito empreendedor e senso de responsabilidade social (Silva, Grippa e Santos, 2022).

A tecnologia atua como mediadora da ação social, incorporando videoconferências para capacitação, grupos de comunicação para mobilização comunitária, plataformas de acompanhamento de projetos, ferramentas georreferenciadas e softwares de gestão para diagnóstico e simulação de negócios. Com isso, a extensão universitária torna-se mais interativa, flexível e adaptada às realidades locais, mantendo sua essência dialógica, na qual acadêmicos aprendem com as comunidades e soluções são construídas coletivamente, respeitando territorialidades e identidades (Bezerra e Colares, 2024).

Contudo, desafios ainda persistem, como desigualdade no acesso à internet de qualidade, limitação de mobilização comunitária exclusivamente online, dificuldades em práticas presenciais, necessidade de formação docente em metodologias digitais e maior acompanhamento institucional nos polos. Superar essas barreiras exige políticas institucionais sólidas, planejamento estratégico e inovação pedagógica (Corradi et al., 2019; Silva, Grippa e Santos, 2022).

Portanto, a articulação entre EaD e extensão universitária evidencia que essa modalidade não apenas amplia o acesso à educação e às práticas extensionistas, mas também contribui para a formação de profissionais críticos, éticos e socialmente responsáveis, capazes de atuar na transformação das comunidades e no desenvolvimento local e regional.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente estudo, adotou-se uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo, com o propósito de compreender como as atividades extensionistas contribuem para o desenvolvimento local e a formação profissional de egressos de cursos de Gestão. Segundo Braga (2007), pesquisas descritivas buscam identificar características de um fenômeno ou questão específica, descrevendo padrões de comportamento e relações observáveis.

Para atender a esse objetivo, optou-se pelo estudo de caso como estratégia de investigação empírica, abordagem reconhecida por sua capacidade de responder questões em contextos de vida real, permitindo análises detalhadas do material coletado (Yin, 2005). O estudo de caso, segundo Stake (2000), consiste em uma unidade específica e delimitada, composta por partes integradas que formam um sistema coerente, sendo adequado para investigações qualitativas, quantitativas ou mistas.

Yin (2005) reforça que essa estratégia permite compreender fenômenos complexos em seu contexto, destacando a relevância de protocolos estruturados para organizar os dados e garantir confiabilidade e transparência ao processo investigativo.

A população total da (IES) considerada neste estudo inclui aproximadamente 20.000 estudantes matriculados em cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) na área de Gestão.

No caso dos cursos superiores de tecnologia (tecnólogos), a curricularização da extensão deve ser analisada a partir das especificidades dessa modalidade de graduação, caracterizada por menor carga horária total em relação aos cursos de bacharelado e licenciatura; desse modo, embora a Resolução CNE/CES nº 7/2018 estabeleça que as atividades extensionistas correspondam a no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação, nos cursos tecnólogos esse percentual resulta, necessariamente, em um quantitativo menor de horas absolutas, o que não reduz a centralidade pedagógica da extensão, mas exige uma organização curricular mais intencional, integrada e orientada às demandas concretas dos territórios, em consonância com o perfil aplicado, profissionalizante e interventivo que define essa formação.

A amostra final compreendeu 203 participantes, selecionados com base em critérios que asseguram representatividade estatística, incluindo margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%, além da heterogeneidade de idades, cursos e distribuição geográfica nacional.

Essa seleção permitiu analisar percepções diversas e identificar padrões relevantes sobre a relação entre atividades extensionistas, desenvolvimento local e formação profissional dos egressos. Yin (2005) observa que, em estudos de caso, o tamanho da amostra é determinado mais pelo julgamento do pesquisador do que por critérios puramente estatísticos, considerando o grau de confiança em relação à identificação de

padrões homogêneos ou heterogêneos.

Para a coleta de dados, foi desenvolvido um questionário estruturado, composto por 12 questões distribuídas em três blocos: perfil do respondente, execução das atividades extensionistas e percepções sobre impacto e formação profissional. As questões combinaram escalas do tipo Likert, múltipla escolha e perguntas abertas, garantindo amplitude e profundidade na captura de informações.

O questionário foi disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da IES, proporcionando acessibilidade e conforto para participação dos estudantes, de forma voluntária e ética, assegurando anonimato e uso agregado dos dados para fins científicos.

A coleta ocorreu entre os dias 1º e 10 de dezembro de 2024.

A análise dos dados foi realizada utilizando o software *Sphinx*, reconhecido por sua robustez em estudos quantitativos, em que as etapas incluíram tabulação, categorização, cálculo de frequência e porcentagens, análise descritiva e interpretação de padrões, permitindo identificar relações e tendências entre variáveis.

Por fim, reconhecem-se limitações metodológicas inerentes à pesquisa: a amostra não probabilística pura, a dependência de autorrelato dos participantes, o recorte temporal restrito, a focalização em uma única IES e a ausência de triangulação com dados qualitativos. Apesar dessas limitações, os procedimentos adotados garantem rigor, validade e confiabilidade suficientes para sustentar análises robustas e subsidiar conclusões sobre a contribuição das atividades extensionistas para o desenvolvimento local e a formação profissional de estudantes de Gestão.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para compreender a percepção dos estudantes sobre as atividades extensionistas, foi analisado um conjunto de dados provenientes de 203 respondentes, conforme exposto anteriormente. A seguir, apresentam-se os principais resultados, acompanhados de análises interpretativas.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Antes da apresentação dos dados, é importante caracterizar a Instituição de Ensino Superior (IES) objeto deste estudo de caso, denominada neste trabalho como **IES Alpha**.

Sua trajetória teve início em 1996, com a criação de um instituto voltado à oferta de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e capacitação, em parceria com outras instituições de ensino superior. Em 2000, foi fundada a primeira faculdade vinculada ao grupo, que, a partir de 2003, passou a disponibilizar cursos na modalidade a distância. Em 2002, foi criada uma segunda faculdade, voltada à formação técnica e tecnológica, oferecendo cursos profissionalizantes a distância, atendendo jovens e adultos em suas próprias comunidades.

Inicialmente, as duas faculdades operavam de forma independente, com direções e sistemas administrativos distintos. A partir de 2007, o grupo iniciou um processo de integração institucional, visando a transformação das faculdades em um Centro Universitário, meta alcançada em 2012 com o credenciamento do Centro Universitário Alpha.

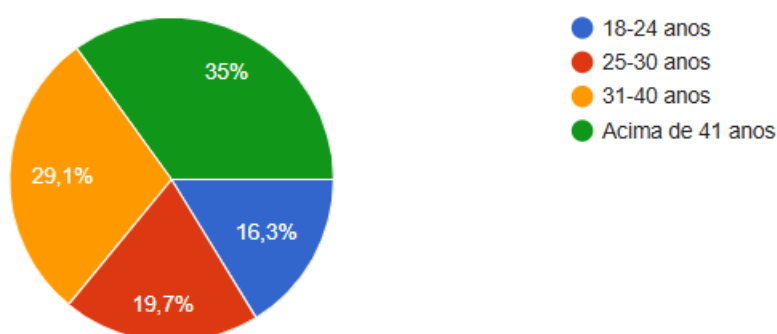
Atualmente, a IES Alpha figura como um dos maiores grupos educacionais do país, oferecendo cursos presenciais e a distância, atendendo cerca de 500 mil estudantes em mais de 700 cidades, no Brasil e no exterior, consolidando-se como referência em educação superior e inovação acadêmica.

6.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o caso devidamente caracterizado, apresenta-se a seguir os resultados da pesquisa.

➤ Idade e locorregionalidade:

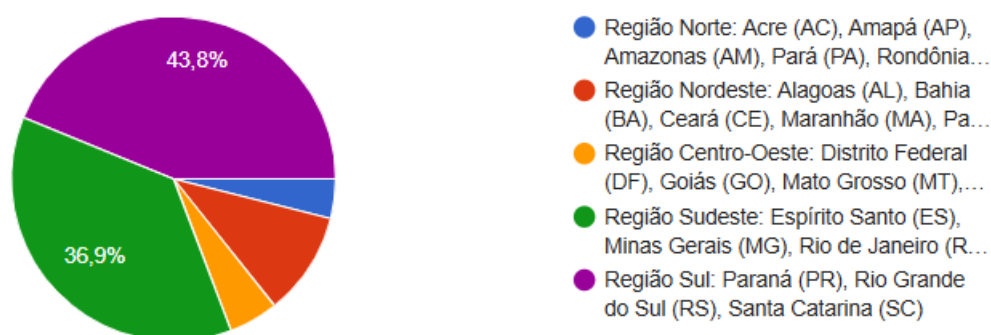
Figura 1: Idade dos participantes



Fonte: os autores, 2024.

O estudo contemplou participantes de diversas faixas etárias, com predominância de indivíduos em perfis mais experientes, cuja maturidade profissional favorece a aplicação qualificada das atividades extensionistas em seus próprios contextos e ambientes de trabalho, potencializando a articulação entre formação acadêmica, prática profissional e intervenção social.

Figura 2: Região dos participantes



Fonte: os autores, 2024.

A análise dos dados evidencia que, embora as atividades extensionistas apresentem cobertura em âmbito nacional, há maior concentração de ações nas regiões Sudeste e Sul, enquanto o Nordeste e o Centro-Oeste assumem participação relevante, ainda que mais pontual; contudo, no que se refere à região Norte, embora o número absoluto de iniciativas seja menor, proporcionalmente os estudantes dessa região não se encontram em quantidade inferior, o que indica que a menor expressividade observada relaciona-se menos à participação discente e mais a fatores de ordem estratégica, logística ou a outras condicionantes institucionais que incidem sobre a implementação e a visibilidade dessas ações.

➤ **Análise de Impacto:**

A análise das atividades extensionistas desenvolvidas pelos alunos, como se apresentará a seguir, evidencia padrões significativos quanto ao tipo e à frequência dessas ações. O empreendedorismo se destaca como a prática mais recorrente, sendo

mencionada em múltiplos contextos e envolvendo um expressivo número de estudantes em atividades relacionadas à concepção de ideias de negócio, elaboração de planos de marketing e outras práticas voltadas à formação empreendedora.

Ferramentas de modelagem de negócios, como o BMG Canvas, aparecem frequentemente nas respostas, evidenciando a orientação dos alunos para o planejamento estratégico e desenvolvimento de empreendimentos.

A pesquisa de mercado também se revela como atividade central, destacando a importância da coleta e análise de dados na consolidação da formação profissional. Visitas técnicas, sobretudo em áreas específicas como edificações e instalações elétricas, indicam a busca por experiências práticas que complementam a formação teórica.

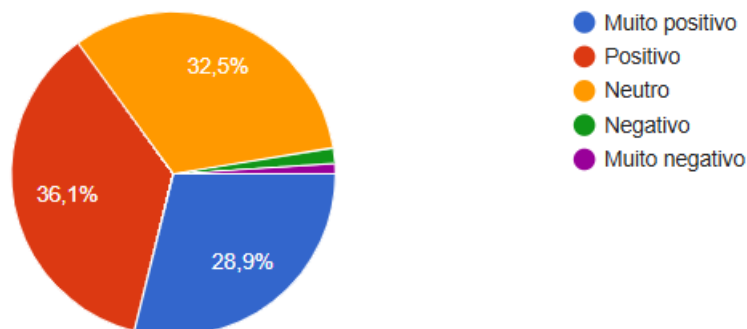
Outras ações, incluindo o uso de softwares como AutoCAD e Revit, bem como a participação em oficinas e cursos especializados, apontam para a diversificação de interesses e o desenvolvimento de competências técnicas, sem perder de vista o foco em gestão e empreendedorismo.

O objetivo das atividades extensionistas promovidas pela **Escola de Negócios da IES Alpha** é gerar impactos concretos nas comunidades locais e regionais, e por essa razão, prioriza-se a realização das ações na região do Polo de Apoio Presencial, correspondendo à área de residência dos alunos, garantindo maior integração com o território e relevância social.

A seguir, apresenta-se a percepção dos estudantes acerca do impacto dessas atividades tanto no desenvolvimento local quanto em sua formação profissional, evidenciando a articulação entre teoria, prática e responsabilidade social.

- 1) Na sua opinião, qual é o impacto das atividades extensionistas que você realizou para a sua comunidade local/regional?

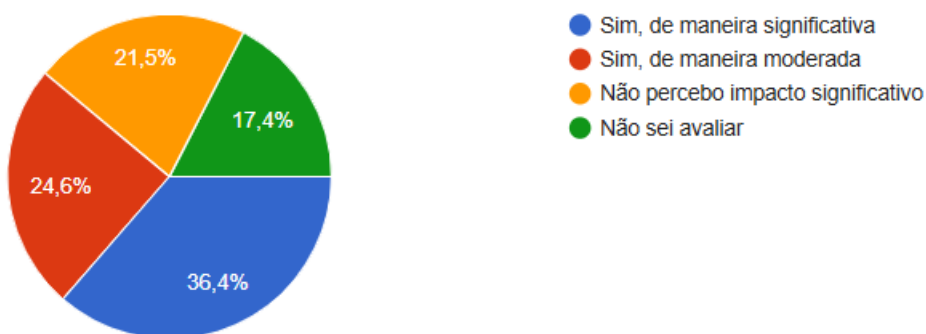
Figura 3: Impacto das atividades extensionistas



Fonte: os autores, 2024.

2) **Você percebe que as atividades extensionistas que você realizou contribuem para o desenvolvimento local e regional?**

Figura 4: atividades extensionistas e o desenvolvimento local e regional



Fonte: os autores, 2024.

A análise dos resultados referentes ao impacto das atividades extensionistas evidencia uma predominância de avaliações positivas e muito positivas, indicando que os alunos percebem de forma significativa a contribuição dessas ações para o desenvolvimento local e regional. A maior parte dos participantes relatou que as atividades tiveram um efeito positivo em suas comunidades, destacando-se aqueles que avaliaram o impacto como "muito positivo", reforçando a relevância prática e social das ações desenvolvidas.

Embora a percepção majoritária seja favorável, foram identificados casos em que os alunos atribuem um impacto neutro ou não perceberam efeitos significativos, ou ainda não

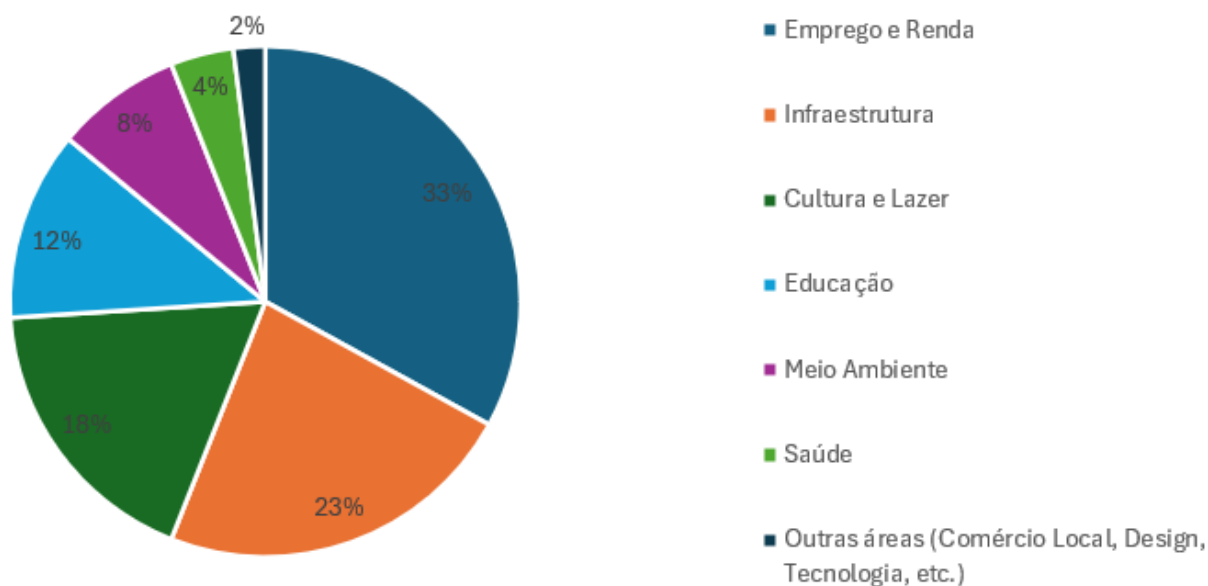
souberam avaliar o resultado das atividades. Importante ressaltar que tais registros representam uma parcela minoritária frente à predominância de respostas positivas, o que reafirma a eficácia das iniciativas quando articuladas às demandas e características locais.

Os resultados demonstram que as atividades extensionistas configuram-se como instrumentos estratégicos para a formação profissional dos estudantes, ampliando suas competências e perspectivas de atuação no contexto do desenvolvimento territorial. Ao mesmo tempo, reforçam a importância do compromisso social e da participação ativa na comunidade.

Mesmo nos casos em que o impacto é percebido como neutro ou limitado, o envolvimento dos alunos propicia oportunidades de reflexão crítica sobre seu papel na transformação social, incentivando ajustes e aprimoramentos nas práticas extensionistas a partir de novas experiências e aprendizados.

3) Quais as áreas que você escolheu para realizar as atividades extensionistas em sua região?

Figura 5: áreas que o aluno escolheu para realizar as atividades extensionistas



Fonte: os autores, 2024.

Os dados indicam que as atividades extensionistas concentram-se principalmente em Emprego e Renda, Infraestrutura e Cultura e Lazer, com menor incidência em Saúde e Meio Ambiente, refletindo um foco estratégico no desenvolvimento econômico e social

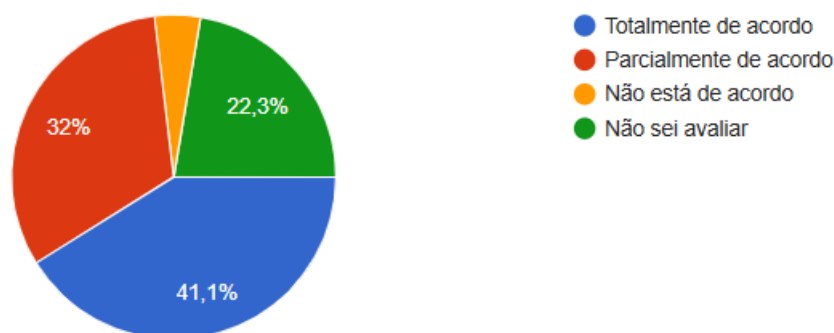
local e na melhoria das condições de vida das comunidades.

A análise regional revela que o maior volume de ações ocorre nas regiões Sudeste e Sul, com presença relevante, porém pontual, no Nordeste e Centro-Oeste, enquanto a atuação no Norte é mais limitada, possivelmente em função de fatores logísticos e contextuais que influenciam a implementação das iniciativas.

Do ponto de vista teórico, essa distribuição corrobora conceitos de desenvolvimento local endógeno, nos quais a valorização das capacidades, redes e potencialidades locais é central para o progresso regional (Boisier, 2016; Vázquez-Barquero, 2002). Na prática, a priorização de determinadas áreas e territórios permite que a extensão universitária funcione como instrumento estratégico de transformação social, capacitando estudantes a aplicar conhecimentos acadêmicos em soluções concretas para os desafios locais, fortalecendo a cidadania, promovendo inclusão social e ampliando o impacto das políticas de desenvolvimento regional.

4) **Você considera que a atividade extensionista que você realizou está de acordo com as necessidades da sua comunidade/região?**

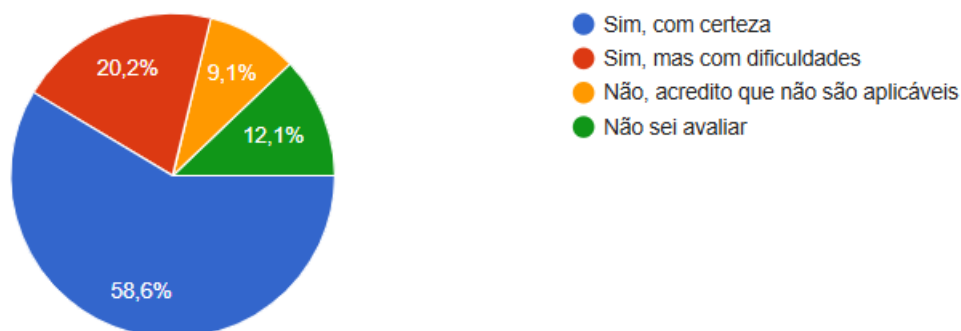
Figura 6: atividade extensionista e as necessidades da sua comunidade/região



Fonte: os autores, 2024.

5) **Você acredita que os conhecimentos adquiridos nas atividades extensionistas podem ser aplicados de forma prática na sua região?**

Figura 7: conhecimentos adquiridos nas atividades extensionistas



Fonte: os autores, 2024.

A análise das respostas sobre as atividades extensionistas realizadas pelos alunos evidencia diversidade de percepções quanto à adequação das ações às necessidades das comunidades ou regiões atendidas.

A maioria dos participantes aponta que as atividades estão “totalmente de acordo” com as demandas locais, refletindo percepção positiva quanto à relevância social das iniciativas (Serrano, 2018; Freire, 2020).

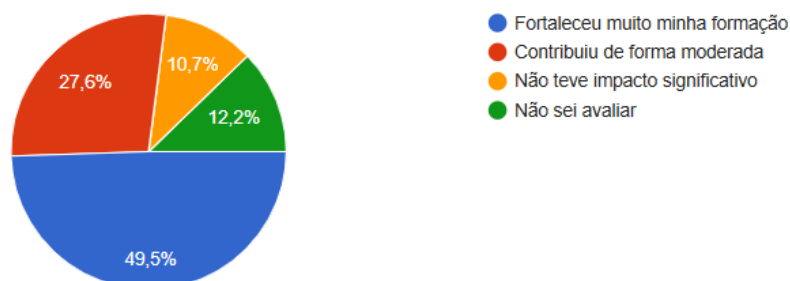
Contudo, uma parcela significativa assinala que as ações estão apenas “parcialmente de acordo” ou “totalmente de acordo, mas com dificuldades”, indicando desafios na implementação prática e na adaptação às especificidades de cada território. Esses achados corroboram a perspectiva de que a extensão universitária deve operar como um processo dialógico, capaz de integrar saberes acadêmicos e comunitários, promovendo impacto real e contextualizado (Freire, 2020; Putnam, 2002).

Em relação à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, a maioria dos alunos reconhece o potencial de utilização prática das atividades em suas regiões, embora alguns participantes ressaltem dificuldades na efetiva implementação.

Isso sugere que, mesmo quando as atividades contribuem para o desenvolvimento local e a formação profissional, ainda há desafios relacionados à operacionalização do conhecimento e à adequação das ações às realidades locais. Nesse sentido, a Resolução nº 7/2018 reforça a importância da curricularização da extensão, da interdisciplinaridade e da participação ativa de docentes e discentes, consolidando a prática extensionista como instrumento de transformação social e promoção da cidadania.

6) De que forma a realização da atividade extensionista impactou sua formação acadêmica e profissional?

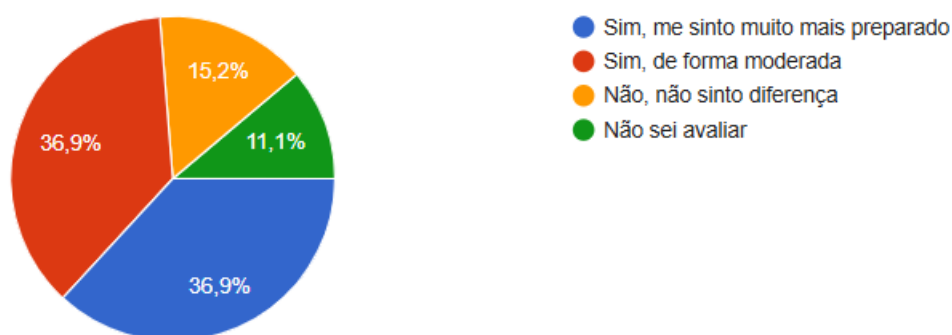
Figura 8: atividade extensionista e impacto na formação acadêmica e profissional



Fonte: os autores, 2024.

7) Você se sente mais preparado para atuar em sua região após realizar as atividades extensionistas?

Figura 9: atuação na região após realizar as atividades extensionistas



Fonte: os autores, 2024.

Ao analisar os resultados sobre o impacto das atividades extensionistas na formação acadêmica e profissional dos alunos, observa-se um predomínio de avaliações positivas, indicando que tais ações desempenham papel significativo no fortalecimento das competências acadêmicas e profissionais dos participantes (Pinheiro e Narciso, 2022; Corradi et al., 2019).

A maioria dos alunos relatou que as atividades “fortaleceram muito a formação”, destacando-se a percepção de maior preparo para atuar em suas regiões de origem, evidenciando a importância da extensão como vivência prática que complementa a aprendizagem teórica. Este fortalecimento está alinhado à perspectiva freireana, segundo

a qual a educação deve possibilitar autonomia, reflexão crítica e participação ativa do sujeito na construção do conhecimento (Freire, 1996; Freire, 2020).

Apesar da predominância de percepções positivas, uma parcela dos alunos assinalou que as atividades tiveram impacto moderado, sugerindo que a contribuição, embora relevante, pode variar conforme a natureza da ação e o nível de engajamento individual (Serrano, 2018; Silva, Gripa e Santos, 2022). Alguns poucos participantes indicaram impacto limitado, evidenciando que nem todas as experiências são igualmente transformadoras.

Em síntese, a extensão universitária se consolida como elemento estratégico para a formação profissional, promovendo não apenas habilidades técnicas e competências práticas, mas também sensibilização social e responsabilidade comunitária, reforçando a importância de atividades contextualizadas que dialoguem com as demandas regionais e contribuam para o desenvolvimento local (Bezerra e Colares, 2024).

Igualmente, a curricularização da extensão universitária, formalizada pela Resolução CNE/CP nº 7/2018, consolida essas atividades como componente estruturante do currículo, conferindo-lhes reconhecimento acadêmico e sistematização metodológica, o que potencializa sua contribuição para o desenvolvimento local e a formação integral dos estudantes.

Por fim, solicitou-se aos alunos que respondessem à questão: (i) “Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre a sua experiência em projetos de extensão e seu impacto na sua região?” A análise das respostas revelou um conjunto diversificado de experiências e percepções, evidenciando a contribuição das atividades extensionistas tanto para o desenvolvimento local quanto para a formação profissional dos estudantes.

No que se refere à quantidade e aos tipos de atividades, muitos participantes destacaram sua participação em eventos e projetos voltados para áreas estratégicas como empreendedorismo, construção civil e logística. Alguns relataram experiências com a criação de empresas simuladas, atividades que, embora não gerem retorno financeiro imediato, proporcionam vivência prática, fortalecem habilidades de planejamento e aumentam a credibilidade profissional.

Além disso, diversos alunos ressaltaram que essas atividades extensionistas complementam a formação acadêmica, oferecendo uma visão ampliada dos desafios e

oportunidades presentes em suas áreas de atuação, contribuindo para a construção de competências críticas e para a capacidade de intervenção em contextos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como as atividades extensionistas contribuem para o desenvolvimento local e para a formação profissional de estudantes de cursos de Gestão, com enfoque na Educação a Distância (EaD).

A investigação envolveu 203 estudantes da IES Alpha, uma instituição de grande abrangência nacional, que atende cerca de 500 mil alunos em mais de 700 cidades no Brasil e no exterior. A trajetória da IES Alpha, iniciada em 1996 com cursos de pós-graduação e profissionalizantes e consolidada em 2012 como Centro Universitário, possibilita compreender o contexto em que as atividades extensionistas se desenvolvem e como estas se articulam com os territórios onde os estudantes vivem e atuam.

A análise das respostas evidencia que a maioria dos participantes é composta por perfis mais experientes, capazes de aplicar de forma efetiva os conhecimentos e experiências adquiridos, fortalecendo tanto a formação acadêmica quanto a atuação profissional.

Os resultados mostram que as atividades extensionistas são estratégicas para o fortalecimento das comunidades locais e para a construção de competências profissionais, em consonância com a Resolução nº 7/2018, que consolida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As ações concentram-se nas regiões Sudeste e Sul, com presença relevante, porém pontual, no Nordeste e Centro-Oeste, e menor atuação no Norte, possivelmente por limitações logísticas e estruturais.

As áreas de maior incidência incluem Emprego e Renda, Cultura e Lazer e Infraestrutura, evidenciando foco em desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento de práticas empreendedoras. Ferramentas de planejamento de negócios, pesquisas de mercado, visitas técnicas e uso de softwares especializados demonstram que os estudantes conseguem transformar experiências teóricas em práticas aplicáveis, reforçando habilidades técnicas, socioemocionais e empreendedoras (Pinheiro e Narciso, 2022; Corradi et al., 2019).

A extensão, quando articulada às demandas locais, contribui significativamente

para a construção de trajetórias profissionais sólidas, conectadas à realidade territorial, ao mesmo tempo em que promove inclusão social e cidadania (Freire, 1996; Freire, 2020; Serrano, 2018; Silva, Grippa e Santos, 2022; Bezerra e Colares, 2024).

A modalidade EaD desempenha papel crucial na democratização das atividades extensionistas, permitindo que estudantes de regiões remotas ou interioranas participem ativamente de projetos com relevância territorial. Essa integração entre EaD e extensão possibilita a ampliação de redes colaborativas, a disseminação de saberes e a promoção de desenvolvimento sustentável e inovação social.

Apesar do impacto positivo predominante, identificaram-se limitações, como menor cobertura em regiões como o Norte, dificuldades de aplicação prática em territórios com infraestrutura restrita e a natureza quantitativa do estudo, baseada em autorrelatos, sem aprofundamento qualitativo. Essas limitações, embora não comprometam a relevância dos achados, indicam oportunidades para estudos futuros, como análises qualitativas, comparações entre cursos e modalidades, avaliação de indicadores objetivos de impacto comunitário e integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A partir dos resultados, podem-se propor recomendações estratégicas para diferentes atores:

- Para as IES, sugere-se: fortalecer a articulação com polos regionais para identificar demandas locais; criar núcleos de apoio à extensão na EaD; estimular projetos interdisciplinares; ampliar a formação docente em metodologias ativas e tecnologias digitais; estabelecer parcerias com prefeituras, associações comunitárias e microempreendedores; e utilizar plataformas digitais para monitoramento e avaliação contínua das atividades.
- Para gestores públicos e organizações sociais, recomenda-se aproximar-se das IES para projetos conjuntos, apoiar iniciativas de inclusão digital e incorporar estudantes e docentes como parceiros em políticas públicas, especialmente nas áreas de emprego, renda, educação e sustentabilidade.
- Para os estudantes de cursos de Gestão, sugere-se selecionar projetos alinhados às necessidades reais do território, ampliar redes sociais e

profissionais, registrar e documentar as atividades para portfólio, e utilizar metodologias de diagnóstico comunitário, como análise SWOT territorial ou mapeamento participativo.

Em síntese, os resultados confirmam que as atividades extensionistas contribuem simultaneamente para o desenvolvimento local, por meio da implementação de ações voltadas à melhoria da infraestrutura, geração de renda e promoção de cultura e lazer, e para a formação profissional dos egressos, proporcionando experiências práticas, consolidação de competências técnicas e capacidade de intervenção efetiva nos contextos regionais em que atuam.

Dessa forma, a extensão universitária se configura como instrumento estratégico de transformação social, fortalecendo a cidadania, promovendo inclusão e ampliando a atuação profissional dos estudantes, especialmente na Educação a Distância, que permite cobertura ampla e diversificada das comunidades atendidas (Freire, 1996; Freire, 2020; Serrano, 2018).

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. N. S.; COLARES, A. A. A extensão universitária no Brasil: concepções e influências. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 6, p. e14257, 2024.

BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações**, Campo Grande, v. 2, n. 3, 2016.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução 7 de 18 de dezembro de 2018**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018>>. Acesso em 01 dez. 2025

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2023**. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf>. Acesso em 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, 2012.

BUARQUE, S. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Recife, Brasil, **Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA)**, 1999.

CORRADI, W. *et al.* Programa aproxime-se: ações da educação a distância que promovem a vivência universitária. In **Extensão universitária na EAD: desafios e experiências da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, São Luís, mar. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

PINHEIRO, J. V.; NARCISO, C. S. A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 56–68, 2022.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEN, A K. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 2000.

SERRANO, R. **A extensão universitária como prática social**. Curitiba: CRV, 2018.

SILVA, E. P.; GRIPA, S.; SANTOS, J. D. S. Extensão Universitária: Análise Histórica A Partir Da Legislação Educacional: University Extension: Historical Analysis From Educational Legislation. **Ponto de Vista Jurídico**, Caçador (SC), Brasil, v. 11, n. 2, p. 162–169, 2022.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 435–454.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

REVISÃO DO ARTIGO

Me. Virgínia Bastos Carneiro (PUC/PR).

NOTA SOBRE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Declaramos que não foi feito uso de inteligência artificial para a produção deste artigo.

Recebido em: 05/12/2025

Parecer em: 05/02/2026

Aprovado em: 10/03/2026